

STJ regulamenta Programa de Gestão de Direitos Humanos

O Superior Tribunal de Justiça regulamentou, por meio da Instrução Normativa 6/2021, de 23 de fevereiro, o Programa de Gestão Institucional de Direitos Humanos, denominado *Humaniza STJ*. O objetivo é desenvolver ações para dar efetividade, no que couber, aos aspectos relacionados ao Calendário de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Justiça, instituído pela Portaria CNJ 284/2020.

STJ



STJ STJ regulamenta Programa de Gestão Institucional de Direitos Humanos

O programa prevê atenção especial a questões como igualdade de gênero e participação institucional feminina; eliminação da violência contra a mulher; igualdade racial e participação institucional de negros, pardos e outros grupos étnicos que integram a força de trabalho do STJ; e prevenção e combate ao assédio moral e sexual.

Serão desenvolvidas estratégias com foco no combate a todo tipo de discriminação, inclusive de caráter religioso ou contra pessoas com deficiência; na promoção da acessibilidade, da inclusão e da sustentabilidade, entre outras.

Assinada pelo presidente do STJ, ministro Humberto Martins, a IN 6/2021 determina a realização de estudos e a apresentação de diagnósticos com vistas ao aperfeiçoamento dos atos normativos institucionais que tratam de direitos humanos no STJ, bem como à efetivação de ações educativas e campanhas de conscientização sobre o tema.

Comissão

O *Humaniza STJ* será operacionalizado por uma comissão indicada pela presidência do tribunal, com observância do critério de representação da diversidade existente no órgão, e composta por um magistrado, responsável por coordenar os trabalhos, e nove servidores.

Os membros efetivos serão designados para mandato de dois anos, permitida a recondução por iguais e sucessivos períodos. A comissão se reunirá, no mínimo, duas vezes por ano, sendo uma reunião a cada semestre.

De acordo com a IN 6/2021, quando as reuniões da comissão tratarem de aspectos ligados à Resolução CNJ 351/2020, deverão ser convidados representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil.

A implementação do Programa de Gestão Institucional de Direitos Humanos no âmbito do STJ é mais um passo da atual administração da corte em seu esforço para combater a discriminação e a desigualdade, objetivos institucionais de que são exemplos o Programa Equilibra e o Projeto Empatia. *Com informações da assessoria de imprensa do STJ.*

Date Created

01/03/2021